
DECIFRA-ME OU DEVORO-TE.
UMA REFLEXÃO SOBRE A PERCEPÇÃO E
INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS NOÇÕES DE TEXTO E
CONTEXTO NO ENSINO DE HISTÓRIA E LITERATURA.

Geraldo José Alves

Mestre em História Social pela
Universidade de São Paulo e
professor do Departamento de
Educação na UNINOVE

*“O todo sem a parte não é todo;
A parte sem o todo não é parte;
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
Não se diga que é parte, sendo o todo.”*
(Gregório de Matos)

Resumo

Este artigo discute alguns aspectos envolvidos na percepção e na instrumentalização dos conceitos de texto e contexto elaborados em cursos de ensino superior na área de ciências humanas e sociais. Verificando que estas percepções constituem formas estereotipadas, o texto procura revelar as manifestações práticas produzidas a partir das formulações específicas constituídas. Problematicando o tema, o artigo procura delinear os aspectos epistemológicos envolvidos na constituição do campo texto-leitor como produto das tensas relações sociais de produção de sentido.

Palavras-chave: ensino de História Social; hermenêutica; texto e contexto; escrita histórica.

Abstract

This paper discusses some aspects involved in the perception and uses of the text and context concepts elaborated in undergraduate courses in science, human and social areas. Noticing that these perceptions are stereotyped forms, the text searches to reveal the practical manifestation produced from the constituted specific formulations. Questioning the theme, the paper searches to outline the epistemological aspects involved in the constitution of the text-reader field as a product of the tense social relations of sense production.

Key words: Social History teaching; hermeneutics; text and context; historical writing.

História para todos

Nos anos 50, na Universidade de São Paulo, renunciando a opinião de Claude Lévi-Strauss segundo a qual “a História leva a tudo, mas com a condição de se sair dela” (*apud* SILVA, 1976:44), iniciou-se um projeto que pretendia responder às necessidades do ensino nos cursos de Ciências Humanas e Sociais então existentes.

Tratava-se de empreender a tradução e a publicação de ‘bons’ manuais universitários de História, tradicionalmente consagrados pelo seu uso difundido nas universidades estrangeiras. Essa foi a solução encontrada diante do diagnóstico de que aquilo inviabilizava, ou mesmo comprometia totalmente a realização dos cursos de graduação, era a completa ausência dos conhecimentos históricos considerados básicos aos alunos dos cursos de Filosofia, Sociologia, Ciências Sociais, Letras e Geografia. Nesse momento, surgiram os livros de cabeceira dos estudantes universitários, como a *História da Civilização Ocidental*, de Edward McNall Burns (BURNS, 1957), a quem, recentemente, pensando de maneira crítica a herança desse processo, o historiador Fernando Antonio Novais atribuiu ter influenciado, mais que qualquer outro autor, a formação de toda uma geração dos seus confrades de ofício. Propunha, jocosamente, que se tomasse a existência e circulação desse manual como objeto de pesquisa, dada a unanimidade e obviedade em que se havia constituído.

A crença, então difundida, encontra eco até os dias de hoje: a ignorância do contexto inviabiliza a compreensão do texto. Como poderia um estudante de Filosofia avaliar criticamente os diálogos de Platão, desprovido do conhecimento do processo de evolução política e social da cidade-estado clássica, especialmente no caso ateniense?

Essa idéia estendia-se a todas as disciplinas específicas dos cursos de graduação e constituía mesmo uma percepção considerada crítica e avançada, na medida em que procurava colocar em relevo os esboços de um projeto interdisciplinar e apontava para uma concepção específica, ainda que datada, da inserção do pensar e do fazer da universidade diante dos embates vividos no quadro social naquele momento.

À história restava então um papel constrangedor, já que, além muros, era entendida de modo diverso daquele que ela própria se propunha como desafio na construção do seu campo epistemológico. Por um lado, sua capacidade explicativa era superestimada,

configurando uma panacéia cuja epígrafe acabada encontra-se na *Didática Magna* de Comênio: a história, esperava-se, iria “ensinar tudo a todos”. Por outro, via-se também subestimada, uma vez que a tarefa de reconstituir contextos históricos específicos de determinados eventos ou processos pressupunha uma existência absolutamente instrumental da disciplina, ignorando, por completo, a evolução da história-problema, herança do movimento dos *Annales*, de Marc Bloch, Lucien Febvre e Ferdinand Braudel e seguidores.

Decifra-me ou devoro-te

Como pudemos ver pela reação ácida do historiador Fernando Novais, o projeto de adoção da compreensão do contexto histórico como chave para o entendimento e aprofundamento das demais ciências humanas, ou seja, para a leitura dos diversos ‘textos’, não teve a mesma recepção no Departamento de História. Aí, o diagnóstico do ‘fracasso’ acadêmico dos alunos apontava em outra direção, como talvez fosse natural.

O problema estava justamente na estreiteza e ingenuidade com a qual os estudantes enfrentavam os textos historiográficos e as fontes documentais escritas pertinentes para os períodos históricos abordados. Para os historiadores, não deixava de causar perplexidade o caso dos estudantes que, mesmo demonstrando domínio de dados, como datas e fatos, da vetorialidade dos processos e da organização e dinâmica dos níveis estrutural e conjuntural dos fenômenos históricos, mostravam-se absolutamente impotentes diante da análise de fontes primárias e de textos historiográficos considerados clássicos. Algo como alguém capaz de descrever todo o processo de evolução da pólis ateniense desde os seus primórdios até a helenização, contudo incapaz de enfrentar a leitura de Tucídides ou Aristóteles, ainda que de trechos selecionados.

Diante desta constatação, os historiadores planejaram suas saídas, investindo em cursos de extensão em paleografia e nas línguas clássicas, como o grego e o latim, além dos cursos ‘instrumentais’ de língua estrangeira moderna. Nesse caso, portanto, o conhecimento de dados do contexto histórico não funcionava como chave para o entendimento dos textos, sendo necessário buscar os instrumentos de tal entendimento fora do campo imediato de pesquisa e produção da história.

Muito além do jardim

Ainda hoje, muitas vezes, aos filósofos, sociólogos, pedagogos e professores de língua e literatura apresenta-se como empecilho o desconhecimento, pelos alunos, dos contextos históricos, enquanto, no curso de História, a produção do conhecimento histórico pelo diálogo com os textos e documentos parece inviabilizado por um problema de carência de 'técnicas' de leitura, compreensão e produção de textos.

As discussões apontam para propostas de solução aparentadas com aquelas já citadas: identifica-se a história como provedora da compreensão de contextos, e prescrevem-se técnicas de metodologia científica e aulas de língua portuguesa para o enfrentamento dos textos. Essa trajetória recorrente de questões aparentemente organizacionais acaba por reforçar os estereótipos que se vêm mantendo intocados por muito tempo. Associa-se à história o esclarecimento do contexto, e às disciplinas do curso de Letras, o domínio interno dos níveis e signos do texto. Tal compreensão, como qualquer estereótipo, falsifica o entendimento do processo de produção do conhecimento humano, ora embaralhando, ora segmentando percursos que são fruto de uma trajetória própria de cada disciplina para construir e reconstruir suas aquisições, pensar e reelaborar sua herança, seja na delimitação de seus objetos, métodos e técnicas, seja na constituição e recorte da fronteira epistemológica que elabora dentro do conhecimento humano e das ciências como um todo, ou diante de seus vizinhos próximos e distantes.

Cabe, portanto, esclarecer como os historiadores pensam o texto e o contexto e explicitar os limites e desafios que se põem, em comum, às áreas do saber envolvidas neste debate.

Texto é contexto

Partindo do pressuposto de que todo objeto de estudo não constitui um dado em si, de natureza objetiva e a-histórica, mas, sim, produto do trabalho do ser que conhece, produzindo este objeto na qualidade, ao mesmo tempo, de demiurgo da fonte e intérprete de sua mensagem, podemos concluir que o processo de delimitação do objeto, incluindo operações de recorte e composição, já comporta

tanto a pressuposição de um contexto dado quanto uma interpretação subjacente à leitura.

Quando dizemos que estamos diante de um 'texto', tomamos sua existência como objetiva e real, o que não deixa de ser verdadeiro. O problema está no fato de que essa objetividade e concretude são construídas a todo instante, seja no momento da produção da fonte, seja no seu resgate. Não devemos ignorar que o texto que o leitor tem em mãos é, ele próprio, o produto contraditório do desejo, da vontade e do ato de conhecimento e de expressão do sujeito e da época de produção.

Como assinalou Jean Starobinski (1995:133-4): "Logo que se coloca a idéia de uma obra acabada, delimitada em seus lineamentos originais, eis que surgem as questões e as incertezas. A investigação que restitui a curiosidade do historiador vão fazer transparecer, na obra acabada, todo o seu passado discernível, suas versões precedentes, seus esboços, seus modelos confessados ou inconfessados. Esse passado em que a obra não era o que viria a ser, pertence-lhe, alimenta-a, sustenta-a".

Ora, essas operações indicam que o próprio texto contém os dados do seu contexto, pois dele é produzido como realidade objetiva. Nele interferem todas as circunstâncias necessárias e contingenciais que possibilitaram sua existência, assim como os fatores que garantiram sua permanência no tempo e no espaço, testemunha e herança de uma época, de um lugar, de uma cultura, reflexos mediatos e históricos de uma dada organização humana e social.

Estas observações assinalam a relativa independência que a existência de um texto e sua interpretação comportam com relação aos dados que lhe são externos e que funcionam como complemento e esclarecimento.

Qual estatuto pode ser atribuído, então, pela composição de um contexto de fora, via pesquisa histórica, à análise do texto como produto mediato desse contexto? Starobinski (*id. ib.*) aponta o seguinte:

A pesquisa histórica, se não for unicamente motivada pela atração do achado ocasional, tem essa consequência benéfica de aumentar a informação pela qual um mundo se acrescenta a uma obra, – um mundo talvez exterior a ela, um

... mundo em que, face ao objetivo alcançado, multiplicam-se os atos e as palavras frustradas, as tentativas inacabadas: nesse terreno estranho a obra lança raiz e declara-nos a sua riqueza dependente; ela se revela por meio de suas ligações, e desarma a esperança de uma definição excessivamente fácil.

Dessa forma, longe de constituir-se em etapa necessária da inteligibilidade do texto, a História, ao construir um contexto apropriado, leva, necessariamente, à problematização e ampliação da interpretação em curso, expandindo o campo contraditório no qual o texto se encontra.

Podemos assim recolocar a relação entre texto e contexto em outros termos. Os elementos que compõem a relação não são pares homólogos que se complementam e se esclarecem, dependendo sua natureza e identidade do conhecimento do seu outro. Sua existência pressupõe uma relação de mútua problematização no enredamento do qual são, ao mesmo tempo, produto e produtor.

Dada essa inversão de perspectiva com relação ao problema, que implicações se interpõem ao cotidiano da pesquisa e do ensino das disciplinas por ela abrangidas? Diante dessa percepção, como explicar a permanência das dificuldades levantadas pelos diagnósticos produzidos e que, confessemos, acabaram por permitir a reprodução dos estereótipos que rotularam as práticas e funções da história e da literatura como campos de conhecimento?

Tais questões põem, em primeiro plano, o fato evidente de que a atribuição do fracasso do trabalho de uma disciplina aos pré-requisitos hipoteticamente localizados em outro plano funcionaram e continuam funcionando, cada vez mais, como uma astúcia, se não um verdadeiro drible na compreensão dos processos que queremos desvendar, e continuam a afastar-nos das possibilidades de uma intervenção diversa. Parece mais tranquilizador expulsar para um campo externo à nossa competência os motivos da não consecução de nossas expectativas, sejam elas relativas à formação de historiadores, ou ao ensino de Língua, Literatura, Sociologia, Filosofia etc. Porém, partindo das conclusões apresentadas, torna-se imperioso reconhecer como tarefa própria a cada campo o repensar

sua forma de abordar a relação do texto com o contexto.

Uma pista significativa para uma outra abordagem da questão, indicada por Starobinski, vem de nossa posição diante do objeto de estudo, como intérpretes – historiadores ou críticos.

Normalmente atuamos pela busca da identidade com o objeto de investigação, num processo que procura reconhecer os pontos em que há continuidade, ou seja, nos quais, pensamos, podemos partir do conhecido para o desconhecido, do ‘mesmo’ para o outro. Porém, assim como é difícil estabelecer onde termina a leitura e começa a interpretação, por não serem operações ingênuas e separadas, como exposto, não será possível delimitar os limites das etapas objetiva e subjetiva da interpretação.

Da mesma maneira, nossa atitude diante do texto comporta, necessariamente, uma dualidade inextricável entre a identidade e a alteridade: “Só há encontro com a condição de uma distância anterior; só há adesão pelo conhecimento, ao preço de uma dualidade encontrada, em primeiro lugar, e, depois, sobrepujada”. (STAROBINSKI, 1995:133)

Portanto, essa dualidade inerente ao texto somente pode ser percebida com base no reconhecimento da ‘distância anterior’ à sua existência. A percepção da distância, da alteridade com relação ao texto precede e produz o processo de identificação, e não o contrário, segundo o autor.

A primeira preocupação será, portanto, garantir ao objeto a sua mais forte presença e a sua maior independência: que se consolide a sua existência própria, que ele se ofereça a nós com todos os caracteres da autonomia. Que ele oponha a sua diferença e marque bem as suas distâncias. O objeto da minha atenção não está em mim; ele opõe-se a mim, e o meu melhor interesse não consiste em apropriá-lo sob o aspecto que lhe empresta o meu desejo (...), mas de deixá-lo afirmar todas as suas propriedades, todas as suas determinações particulares. (*id. ib.*)

Assim posta, a natureza da relação sujeito-texto é marcada pela percepção da alteridade do sujeito que conhece, e de sua capacidade de inquietar-se diante desse texto-objeto que lhe é diferente. Ora, a busca do reconhecimento da alteridade é um dos fundamentos da constituição do conhecimento histórico, sendo recorrente identificá-la como ciência da diferença ou ciência da mudança, o que implica a delimitação do igual e do diverso. A dimensão de tempo na história nada mais é do que o palco no qual se constituem os processos de continuidade e descontinuidade, em outras palavras, do 'mesmo' e do outro, na evolução das sociedades humanas.

Disso concluímos que todo processo de interpretação de texto é um processo de decifração histórica, em dois sentidos específicos: de um lado, porque os instrumentos intelectuais que utilizamos para abordar nossos objetos são, eles próprios, produto e herança de nossa história, além, é claro, de indicadores do que alguns chamam de progresso da ciência, e outros, de processo de evolução do conhecimento; de outro, porque a interpretação do texto – entendendo por texto o produto das relações culturais e materiais produzidas no seio de uma sociedade histórica – somente pode existir desde que, a todo momento, seja possível identificar a continuidade e a ruptura, o que baliza a nossa concepção de alteridade, seja ela vivida no tempo ou no espaço.

Uma proposta para o presente milênio

Dadas as condições que até aqui se expuseram sobre a relação entre texto e contexto, podemos propor que ela seja pensada de modo diverso do que tem sido até então. Considerando que o caráter histórico da produção do texto lhe é inerente, e que o contexto não deve ser entendido como um acréscimo de informações objetivas que visam a complementar 'de fora' os dados explicitados no corpo do texto, devemos encaminhar o seu enfrentamento de forma direta, respeitando os limites e propriedades definidos pelos interesses postos em jogo pela disciplina da qual se pensa constituir um discurso sobre o texto-objeto.

Assim, trata-se de não delegar a outras esferas do conhecimento, como habilidade técnica especificamente constituída para o fim da interpretação, a tarefa de iluminar o texto, mas de travar esse

enfrentamento de forma desassombrada nos limites de nossa disciplina.

A melhor compreensão deste processo está ligada às nossas inquietações diante do processo de conhecimento, o que impõe recuperar a dialética na relação objetividade-subjetividade, sem o que o contexto será sempre um ventríloquo do texto, e este o seu passivo confirmador.

Entre bons vizinhos

As inquietações que este texto apresenta devem ser pensadas nas diversas interfaces que a História estabelece com as demais disciplinas das Ciências Humanas e Sociais, apesar de seu interlocutor privilegiado, neste momento, ser o curso de Letras. Nesse caso, cabe retomar alguns aspectos particulares que caracterizam, por assim dizer, a boa vizinhança que esses dois campos do conhecimento têm demonstrado ser capazes de cultivar e manter há longo tempo.

Existe, sem dúvida, uma proximidade maior entre a história e a lingüística, por exemplo, do que com as demais disciplinas humanas, e há bons motivos para isso. O historiador francês François Dosse, autor do livro *História em migalhas*, descreveu com propriedade essa proximidade familiar. Parafraseando Paul Veyne, que escrevera um texto no qual afirmava ter Michel Foucault revolucionado a história, Dosse rediscutiu a questão dos novos desdobramentos e perspectivas da construção do conhecimento histórico, substituindo, porém, o nome do autor, afirmando ter sido Paul Ricoeur a realizar tal revolução.

Ainda que devemos estar atentos aos exageros implicados no viés hermenêutico desta apreciação, podemos concordar com Dosse na medida em que alguns dos atuais debates sobre a moderna historiografia tomam, como ponto de partida, o resgate e reconstituição propostos por Ricoeur em torno da questão da narrativa histórica, sua natureza e implicações especificamente epistemológicas. Nesse debate, várias vozes têm manifestado posição similar a de François Dosse, sendo a de Hayden-White apenas a mais proeminente. A questão da narrativa tem sido central nas novas evoluções da produção histórica, sendo inclusive responsável pela possibilidade de aproximação mais estreita com a Antropologia e a

Sociologia, e os nossos parceiros nesse debate têm sido mais constantemente os acadêmicos das áreas de lingüística e literatura.

Assim, acreditamos que os estereótipos aqui descritos sobre os conceitos de texto e contexto mereçam tratamento especial, quando analisamos a forma com que os lingüistas e críticos, há tanto tempo, têm pensado, com os historiadores, a produção historiográfica. Para nós, esses estereótipos são mais incomuns nessa relação que em todas as outras, uma vez que, na verdade, muitas vezes foram os acadêmicos de Letras nossos interlocutores críticos na busca dessa problematização do texto e do contexto nas dimensões de tempo e espaço.

As questões aqui levantadas não apenas encaminham para a reflexão das decorrências dessas especulações no nível do ensino, mas também se estendem para mais além, e, nesse ponto, mesmo nossos bons vizinhos estarão na chuva conosco.

O que nos reserva repensar a natureza do texto e do contexto no nível das disciplinas aqui referidas? Poderão ser elas pensadas da mesma forma como antes? Novas percepções da relação texto e contexto na dimensão espaço-temporal transformam apenas os instrumentos de trabalho de algumas disciplinas, ou o processo de mudanças não vai parar por aí? Vai revolucionar novamente a História? Vai revolucionar a percepção e a interpretação da narrativa? Vai abrir novas fronteiras de pesquisa no campo da literatura?

As respostas não sabemos; no entanto, estamos tranquilos. Afinal, estamos na companhia dos nossos bons vizinhos...

Referências bibliográficas

BURNS, Edward McNall. *História da Civilização Ocidental*. Porto Alegre: Globo, 1957.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. (org.) *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976.

STAROBINSKI, Jean. A literatura: o texto e o seu intérprete. *In*: LE GOFF, Jacques ; NORA, Pierre. (orgs.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, 4. ed., p. 132-143.

WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria contemporânea da História. *In*: *RH - Revista de História*, Campinas, IFCH/UNICAMP, n. 2-3, p. 47-89, 1991.